

## DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA EM TEMPOS DE PRIVAÇÃO DE DIREITOS

### APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ TEMÁTICO

**SAUL, Ana Maria\***

**GANDIN, Luís Armando\*\***

O momento que vivemos atualmente é um daqueles em que é premente afirmar o princípio e a vivência da democracia na educação. Noções como, por exemplo, a gestão democrática, que são, em grande parte, fruto das lutas históricas dos educadores e que foram firmadas nos marcos legais sobre a educação no Brasil (CURY, 2014), estão sob forte ameaça. O crescimento da aliança entre grupos neoconservadores e neoliberais (ambos com seus diferentes matizes) e suas investidas no campo da educação têm sido cada vez mais visíveis (SAUL; SAUL, 2017, LIMA; GANDIN, 2017).

A opção das políticas públicas pela educação domesticadora é o carro-chefe que puxa e condiciona a organização curricular, a seleção do conhecimento, os materiais didáticos, os chamados métodos de ensino, o sistema disciplinar, a relação com as famílias, a formação de professores e os processos de avaliação formais e informais, no interior da escola.

---

\* Doutora em Educação: Psicologia da Educação pela PUC/SP, é professora titular do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo da PUC/SP, pesquisadora nível 1 do CNPq, Coordenadora da Rede Freireana de Pesquisadores, vice-presidente da Associação Brasileira de Currículo (ABdC). É parecerista de revistas científicas e de agências de fomento: CAPES, CNPq e FAPESP. R. Ministro de Godoi, 969, São Paulo, Brasil. E-mail: [anasaul@uol.com.br](mailto:anasaul@uol.com.br)

\*\* Doutor (Ph.D) em Curriculum and Instruction pela University of Wisconsin - Madison (2002). É Professor Associado IV da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Editor-Chefe da Revista Educação & Realidade e Editor da Revista Currículo sem Fronteiras. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia da educação, políticas educacionais, reformas educacionais, Escola Cidadã e currículo. Av. Paulo Gama, 110 - Farrroupilha, Porto Alegre, Brasil. E-mail: [luis.gandin@ufrgs.br](mailto:luis.gandin@ufrgs.br)

O poder público tem trabalhado com a expectativa de que a avaliação, sob a lógica do controle, aumente os índices de rendimento dos alunos, nas redes de ensino, com o entendimento de que esses resultados expressam a melhoria da qualidade da educação. Cabe questionar que qualidade de educação é essa, que se mensura pela devolutiva de informações/conteúdos, selecionados por instâncias das Secretarias da Educação. É preciso questionar o valor desses ‘conhecimentos’ para crianças, jovens e adultos concretos, que vivem em contextos diversos, submetidos a injustiças sociais, discriminação, exclusão e violência. Que significado tem a escola para esses educandos? (SAUL, 2015).

No sentido de disponibilizar pesquisas e discussões que apresentem e façam a crítica desses condicionantes que limitam a autonomia de nossas escolas e práticas educativas e também de textos que anunciem a possibilidade de trabalhar com perspectivas de democratização de propostas e práticas de currículo, elaboramos essa chamada. Buscamos artigos que abordassem as seguintes questões: Como a escola pode se constituir em um espaço de resistência ao autoritarismo que ameaça a sociedade? Quais as condições para pensar-fazer uma educação crítica na escola pública? Qual é o conhecimento importante para os estudantes, no contexto da educação popular?

Atendendo a chamada feita pela revista E-Curriculum, em parceria com a Associação Brasileira de Currículo (ABdC), muitos enviaram contribuições. Após cuidadosa e rigorosa avaliação dos textos enviados, oferecemos aos leitores onze artigos, com autores de várias partes do Brasil e também de Michael W. Apple e James Beane, eles que são dois dos grandes estudiosos do tema da democracia na educação e das barreiras para alcançá-la.

Os cinco primeiros artigos da seção temática tratam predominantemente dos obstáculos à democracia na educação, ainda que busquem mostrar os espaços de contradição que sempre estão presentes nas práticas. Os sete artigos finais buscam discutir os pressupostos das práticas democráticas na educação e documentar espaços onde a democracia é buscada ou vivenciada no campo da educação.

O primeiro artigo é de autoria de Michael Apple, que enviou um texto especificamente destinado à nossa chamada. Intitulado *A Luta pela Democracia na Educação Crítica*, o texto aborda os desafios que temos para a construção da democracia da educação. Apple aponta a necessidade de buscarmos duas disposições para que a democracia possa ser vivida: que haja um

reposicionamento, ou seja, que o mundo deve ser visto sempre pela perspectiva dos despossuídos, e que vejamos o mundo relacionalmente, ou seja que busquemos sempre analisar e entender as relações de poder e as contradições que estruturam as instituições e sociedades. Ele termina nos lembrando que a luta constante pela vivência da democracia na educação é o que nos mantém vigilantes contra as narrativas que apontam as perspectivas conservadoras como inevitáveis.

Na sequência, temos o artigo de Simone Costa Moreira, Graziella Souza dos Santos e Luís Armando Gandin: *Periferias urbanas e efeito do território: contribuições conceituais para análises de processos curriculares e do trabalho escolar*. Nesse artigo, os autores defendem a necessidade de entender os limites para que a democracia seja vivida nas escolas, focando na utilidade de dois conceitos para que essa análise seja realizada: periferia urbana e efeito do território. Moreira, Santos e Gandin nos mostram como um senso comum generalizador sobre as periferias urbanas, onde se situam grande parte das escolas que atendem as populações mais empobrecidas em nosso país, tem produzido um sentimento de impotência. Os autores demonstram, baseados em pesquisas empíricas realizadas na cidade de Porto Alegre, que o efeito território, ou as condições efetivas do território onde se situam as escolas, produzem condições específicas para o trabalho pedagógico das escolas. No entanto, o artigo conclui mostrando que a ausência de estruturas democráticas de planejamento acirra o efeito território e impedem que uma educação de qualidade seja oferecida aos alunos.

O terceiro artigo, *A fundamentação ético-democrática da proposta curricular do estado de São Paulo para o ensino de ciências: adaptação ou emancipação?*, de autoria de Angélica Bellodi Sant’Ana Furlan e Antonio Fernando Gouvêa da Silva, examina a proposta curricular do Estado de São Paulo para o Ensino de Ciências e seus pressupostos. Utilizando Dussel, Freire e Adorno, Furlan e Silva buscam avaliar se essa proposta caminha na direção de disposições democráticas nas escolas daquele estado. Através de uma análise dos documentos que fundamentam a proposta, os autores chegam à conclusão de que essa proposta não avança os ideais democráticos e, mais que isso, representa um obstáculo para que esses princípios sejam vividos.

O artigo que segue é de autoria de Juares da Silva Thiesen e tem como título *Internacionalização dos currículos na educação básica: concepções e contextos*. O texto explora

=====

os significados dos processos de internacionalização da educação básica, tal como discutido nas produções acadêmicas, principalmente do Brasil e de Portugal, sobre o tema.

O quinto artigo, intitulado *Coordenação Pedagógica: instância de mediação das políticas curriculares*, é de autoria de Maria Inês Marcondes, Cristina Spolidoro Freund e Luisa Figueiredo do Amaral e Silva. Buscando analisar o trabalho da coordenação pedagógica, o artigo foca nas análises que as próprias coordenadoras do município do Rio de Janeiro fazem do seu trabalho e dos espaços de autonomia (e sua restrição) que elas e os professores têm na escola. As autoras documentam os obstáculos a esse trabalho e também os esforços para encontrar espaços para que um trabalho coletivo, de fato, seja realizado.

Dando abertura a uma segunda parte da seção temática, temos, na sequência, o artigo de James Beane, cujo título é *Educando em prol da democracia*. Beane é conhecido por seu livro *Escolas Democráticas*, organizado com Michael Apple, no qual eles documentam vivências concretas de democracia em escolas dos Estados Unidos. Nesse artigo, Beane trata de examinar as condições e passos para que se busque a vivência da democracia nas escolas. Através de exemplos concretos, Beane nos mostra como as escolas podem viver os valores democráticos na construção de espaços qualificados de aprendizagem, envolvendo também os alunos e as comunidades nas quais as escolas se situam.

O texto que segue é de Denise Regina Costa Aguiar e tem como título *O direito de aprender no cotidiano da escola pública*. Buscando analisar tanto o nível da política pública para educação, quanto os espaços escolares, o texto examina os pressupostos de uma proposta crítico-emancipatória de educação. Focando o currículo, o artigo mostra que a construção de práticas democráticas nas instâncias superiores da educação e nas escolas passa também pela aquisição de conhecimentos e pela formação humana, objetivando uma sociedade mais justa.

O oitavo artigo, intitulado *Formação de educadores (as) na perspectiva da educação popular freireana em uma escola do campo*, de Débora Monteiro do Amaral, Valter Martins Giovedì e Nilda da Silva Pereira, desloca nossos olhares para a educação do campo. Tratando da formação continuada de educadores do campo, o artigo examina o processo ocorrido em uma escola do campo em Vila Velha, no estado do Espírito Santo, no qual professores elaboram os temas geradores e os planos pedagógicos, baseados na educação popular de Paulo Freire.

O nono artigo também trata do tema da educação do campo. De autoria de Maria Aires de Lima, Frederico Jorge Ferreira Costa e Karla Raphaella Costa Pereira, o artigo *Educação do campo, organização escolar e currículo: um olhar sobre a singularidade do campo brasileiro*, examina as particularidades da educação do campo, focando no seu currículo e organização. Em uma pesquisa bibliográfica que retoma os pressupostos e os principais autores da área, os autores apontam a necessidade de currículos específicos que atendam as especificidades das escolas do campo no Brasil.

*O inédito-viável na democratização da escola em tempos de privação de direito*, de Vania Finholdt Angelo Leite e Lenir Silva Abreu é o décimo texto desta seção temática e tem como foco as possibilidades da vivência da democracia, diante dos ataques que esses princípios estão vivendo em nosso país. Os autores documentam o processo de manutenção de processos democráticos, mesmo diante de tentativas de controle exercidas pela administração. Através do diálogo, as professoras mantiveram abertos os espaços de construção de espaços democráticos.

Fechando a seção, o texto *Políticas curriculares em uma lógica centralizadora e escapes possíveis: tecendo outras redes políticas* de Rita de Cássia Prazeres Frangella, Bonnie Axer e Roberta Sales Lacê Rosário, analisa as políticas curriculares centralizadas, usando o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa como foco. Examinando os blogs das professoras que versam sobre sua inserção no pacto, as autoras, em uma perspectiva discursiva, mostram que, ao mesmo tempo em que há um processo de regulação nessas práticas, as professoras também tecem novos significados e criam espaços de diálogos, recriando a democratização curricular.

Eis, aqui, portanto, essa seção temática. Esperamos que o exame dos obstáculos para a vivência da democracia e a documentação e análise dos espaços onde ela é vivida, apesar desses obstáculos, crie mais espaços para que a diversidade de experiências seja afirmada. É nessa diversidade que encontraremos as forças para resistir e reinventar as práticas democráticas pelas quais lutaram e lutam educadores em todo nosso país.

E que possamos dizer, com Boal (2012, p. 366),

=====

Sejamos democráticos e peçamos às nossas plateias que nos contem seus desejos, que nos mostrem suas alternativas. Vamos esperar que um dia – por favor, num futuro não muito distante – sejamos capazes de convencer ou forçar nossos governantes, nossos líderes, a fazer o mesmo: perguntar a suas plateias – nós, o povo! – o que devem fazer para tornar este mundo um lugar para se viver e ser feliz – sim, isto é possível! – em vez de apenas um grande mercado onde vendemos nossos bens e nossas almas. Vamos desejar. Vamos trabalhar para isso! (BOAL, 2012, p. 366)

Ótima leitura!

## REFERÊNCIAS:

BOAL, Augusto **Jogos para Atores e Não Atores**. 15 ed.. Rio de Janeiro, RJ.:Civilização Brasileira. 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A qualidade da educação brasileira como direito. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1053-1066, out./dez., 2014.

SAUL, Ana Maria. Na Contramão da Lógica do Controle em Contextos de Avaliação: por uma educação democrática e emancipatória. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, dez., vol.41, n. espe, p.1299-1311. 2015.

SAUL, Ana Maria; SAUL, Alexandre. O Saber/Fazer Docente no Contexto do Pensamento de Paulo Freire: contribuições para a Didática. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 24, n. 1, p. 1-14, jan./abr. 2017.

LIMA, Iana Gomes de; GANDIN, Luís Armando. Justiça social na educação: pressupostos e desdobramentos práticos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 929-941, 2017.

=====